DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021
DISPENSA Nº. 058/2.026 PROCESSO Nº. 102/2.026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMORAMA**, CNPJ nº 45.162.054/0001-91, localizada na Rua Joaquim da Costa Maciel nº 1261 - Centro TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possa interessar, em conformidade com Art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, que pretende realizar a **"Aquisição de brinquedos para distribuição gratuita às crianças do Município de Cosmorama, em comemoração às festividades Natalinas",** conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários a seguir.

DATA E HORÁRIO LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: 19/11/2.026, até às 16h00min presencialmente no Departamento de Licitação ou de maneira eletrônica no e-mail: licitacao@cosmorama.sp.gov.br.

1– DO OBJETO

1.1 Constitui objeto desta dispensa a **"Aquisição de brinquedos para distribuição gratuita às crianças do Município de Cosmorama, em comemoração às festividades Natalinas".**

1.2 Compõem o presente Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.2.2 – ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;

1.2.3. ANEXO III – MODELO DECLARAÇÕES.

2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Cosmorama/SP, para exercício de 2.026.

3 – PERÍODO PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

3.1. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 19/11/2026, até às 16h00min presencialmente no Departamento de Licitação ou de maneira eletrônica através do e-mail: licitacao@cosmorama.sp.gov.br.

3.2. A empresa interessada, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário limite estabelecidos.

3.3. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

3.4. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4 – PERÍODO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados após solicitado pelo Setor de Licitações e Contratos, que comunicará a empresa vencedora, ou seja, de melhor proposta para apresentar, para apresentação dos documentos abaixo descritos, que poderão ser entregues via e-mail ou protocolado no setor de licitação, 03 (três) dias após a comunicação:

A. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I - Contrato Social, Requerimento de empresário individual, Estatuto Social, ou outro documento apto a comprovar a existência jurídica da proponente;

II - Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

III – Cédula de Identidade de todos os sócios proprietários.

B. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

I - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (Mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município de Cosmorama;

II - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

III - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho e

IV - Prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for caso.

V – Certidão negativa de débitos junto à União, Estado e Município do local em que a empresa esteja sediada.

C. Declarações com as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditiva para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

V - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).

5 – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será realizado, após a apresentação do documento fiscal no Setor de Frota e Abastecimento de Veículos e Setor Financeiro/Tesouraria, após 30 (trinta) dias da liquidação da nota fiscal eletrônica.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação,ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancáriapara pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá o Município revogar a presente intenção de contratação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência dela, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Cosmorama/SP, 16 de novembro de 2.026.

NELSON NARCISO DA SILVEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA Nº. 058/2.026 PROCESSO Nº. 102/2.026

1 - DO OBJETO

"Aquisição de brinquedos para distribuição gratuita às crianças do Município de Cosmorama, em comemoração às festividades Natalinas", conforme condições, quantidades e especificações definidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

1.1 Especificação dos Brinquedos:

Item	Qtd	Unid.	Descrição Detalhada do Produto
01	51	Un	**Briquedo infantil do tipo Boneca**, que possua reprodução de frases ao ser acionada: Material plástico, com roupa, corpo de viniz, cabelo e tiara com laço, tamanho aprox. 41x23cm. Possuir obrigatoriamente selo do INMETRO.
02	860	Un	**Caderno de Pintura do estilo "bobbie goods" com canetinhas:** livro de desenhos para colorir, material papel, com no mínimo 46 páginas, tamanho mínimo 22x15cm, acompanhando um estojo com canetinhas a gel, contendo no mínimo 24 unidades, com cores múltiplas e coloridas. Selo do INMETRO.
03	770	Un	**Brinquedo macio e maleável**, colorido, feito de espuma de poliuretano, borracha termoplástica ou preenchido com gel, que tem a característica de retornar lentamente à sua forma original depois de ser apertado, no estilo "squishy". Entregue em em embalagem de pote de plástico atóxico, com no mínimo 10cm. Possuir obrigatoriamente selo do INMETRO.
04	271	Un	**Bola de futebol Nº 05 :** Tipo numero 05, costurada a nilon e material de couro para maior resistência, medindo uma circunferência de 60cm, entregues cheias, prontas para uso. Selo do INMETRO**.**
05	224	Un	**Bolas de Volei :** Material reforçado de venil, juntamente com borracha para maior qualidade, medindo 65 cm de circunferência, , entregues cheias, prontas para uso. Possuir obrigatoriamente selo do INMETRO.
06	70	Un	**Caminhão blocos de Montar Pedagógicos:** Tipo peças de encaixe, material plástico atóxico, para estimular a coordenação da criança, com peças grandes evitando acidentes tamanho aprox.. 36x15cm. Selo do INMETRO.

07	1000	Un	**Bola simples vinil :** Nº 05 Material plástico de vinil, tamanho aprox. 65cm de diâmetro, entregues cheias, prontas para uso.
08	54	Un	**Carrinhos:** carros de material de plástico atóxico contendo peças de metal, com rolamento nas rodas, com tamanho mínimo de 30cm de cumprimento x 10cm de altura, em cores diversas. Selo do INMETRO.
09	86	Un	**Casinha didática:** Casinha didática para estimular a coordenação da criança, com peças grandes evitando acidentes**.** material plástico atóxico, tamanho aprox. 16x16cm. Possuir obrigatoriamente selo do INMETRO.
10	271	Un	**Boné masculino:** Material algodão e/ou sarja, com estilo masculino. Oferecem toque macio, boa respirabilidade, conforto térmico e estrutura firme, em cores masculinas diversas.
11	136	Un	**Bonés femininos:** Material algodão e/ou sarja, com estilo feminino. Oferecem toque macio, boa respirabilidade, conforto térmico e estrutura firme, em cores femininas diversas.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do Contrato, prorrogável na forma da Lei n. 14.133/21.

2 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A infância é etapa fundamental do desenvolvimento humano. O acesso a experiências lúdicas e ao brincar favorece a convivência, a criatividade, a socialização, a expressão de sentimentos e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990, art. 16, IV) reconhece expressamente o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se.

No território municipal, crianças pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social podem apresentar restrições de acesso a bens lúdicos em razão de barreiras socioeconômicas e outras situações de desproteção. A aquisição pretende apoiar ação pública previamente planejada, com atendimento impessoal e critérios transparentes, valorizando a infância e a convivência familiar e comunitária.

A entrega dos brinquedos deverá estar vinculada as ações socioassistenciais, formalmente autorizado, com definição de público, objetivo, regras de atendimento e comprovação da compatibilidade da despesa com o orçamento e a fonte de recursos. A condição de vulnerabilidade,

isoladamente, não dispensa tais providências. Esta aquisição não será classificada automaticamente como benefício eventual do SUAS.

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A destinação observará critérios previamente aprovados, objetivos, verificáveis e impessoais, definidos no plano da ação municipal. Poderão ser consideradas crianças de famílias acompanhadas ou atendidas pelo CRAS/PAIF, por outros serviços socioassistenciais, bem como situações de desproteção identificadas e registradas pela equipe técnica, respeitada a abrangência da ação.

O Cadastro Único poderá subsidiar o diagnóstico e a priorização quando pertinente, sem ser tratado, por si só, como prova exclusiva de vulnerabilidade. Não se admitirão critérios discriminatórios, favorecimento pessoal, exigência de exposição pública ou condicionamento à participação em atividades político-partidárias.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

4.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

5.1. O prazo de entrega dos bens deverá ser de 05 (cinco) dias, contados da solicitação do item, com entrega parcelada durante a vigência contratual.
5.2. A entrega deverá ser realizada no endereço a ser definido nas solicitações de entraga dos itens.
5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias do prazo total recomendado pelo fabricante.
5.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termocircunstanciado.

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamentodo prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, noprazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada comterceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. A Contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Será designado como representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execuçãoe determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, pela Sra. Rosiane Zelioli Lopes Pereira - CPF 325.202.028-90 Diretora da Proteção Social.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das

falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega dos itens, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto ou entrega dos itens do contrato.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12 - DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índiceoficial exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará àCONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então emvigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativoque assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

14.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação é o menor obtitdo por meio de cotações de empresas especializadas no fornecimento dos objetos mencionados.

Cosmorama/SP, 16 de novembro de 2.026.

NELSON NARCISO DA SILVEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

DISPENSA Nº. 058/2.026

PROCESSO Nº. 102/2.026

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE / FAX:

EMAIL:

OBJETO: "Aquisição de brinquedos para distribuição gratuita às crianças do Município de Cosmorama, em comemoração às festividades Natalinas".

Item	Qtd	Unid.	Descrição Detalhada do Produto	Valor Unitário	Valor Total
01	51	Un	**Briquedo infantil do tipo Boneca**, que possua reprodução de frases ao ser acionada: Material plástico, com roupa, corpo de viniz, cabelo e tiara com laço, tamanho aprox. 41x23cm. Possuir obrigatoriamente selo do INMETRO.		
02	860	Un	**Caderno de Pintura do estilo "bobbie goods" com canetinhas:** livro de desenhos para colorir, material papel, com no mínimo 46 páginas, tamanho mínimo 22x15cm, acompanhando um estojo com canetinhas a gel, contendo no mínimo 24 unidades, com cores múltiplas e coloridas. Selo do INMETRO.		

03	770	Un	**Brinquedo macio e maleável**, colorido, feito de espuma de poliuretano, borracha termoplástica ou preenchido com gel, que tem a característica de retornar lentamente à sua forma original depois de ser apertado, no estilo "squishy". Entregue em em embalagem de pote de plástico atóxico, com no mínimo 10cm. Possuir obrigatoriamente selo do INMETRO.		
04	271	Un	**Bola de futebol Nº 05 :** Tipo numero 05, costurada a nilon e material de couro para maior resistência, medindo uma circunferência de 60cm, entregues cheias, prontas para uso. Selo do INMETRO**.**		
05	224	Un	**Bolas de Volei :** Material reforçado de venil, juntamente com borracha para maior qualidade, medindo 65 cm de circunferência, , entregues cheias, prontas para uso. Possuir obrigatoriamente selo do INMETRO.		
06	70	Un	**Caminhão blocos de Montar Pedagógicos:** Tipo peças de encaixe, material plástico atóxico, para estimular a coordenação da criança, com peças grandes evitando acidentes tamanho aprox.. 36x15cm. Selo do INMETRO.		
07	1000	Un	**Bola simples vinil :** Nº 05 Material plástico de vinil, tamanho aprox. 65cm de diâmetro, entregues cheias, prontas para uso.		
08	54	Un	**Carrinhos:** carros de material de plástico atóxico contendo peças de metal, com rolamento nas rodas, com tamanho mínimo de 30cm de cumprimento x 10cm de altura, em cores diversas. Selo do INMETRO.		
09	86	Un	**Casinha didática:** Casinha didática para estimular a coordenação da criança, com peças grandes evitando acidentes**.** material plástico atóxico, tamanho		

			aprox. 16x16cm. Possuir obrigatoriamente selo do INMETRO.		
10	271	Un	**Boné masculino:** Material algodão e/ou sarja, com estilo masculino. Oferecem toque macio, boa respirabilidade, conforto térmico e estrutura firme, em cores masculinas diversas.		
11	136	Un	**Bonés femininos:** Material algodão e/ou sarja, com estilo feminino. Oferecem toque macio, boa respirabilidade, conforto térmico e estrutura firme, em cores femininas diversas.		

Valores unitários de cada item

Valor total global: R$ _____ (_____)

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Não inferior a 60 dias

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 (trinta) dias contados da entrega dos itens.

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Local, _____ de _____ de 2.026.

_____

Assinatura do Responsável CPF:

Obs: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÕES

(Timbre empresa)

DISPENSA N° 058/2.026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 102/2.026

Empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na , por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA,** sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no Edital e DECLARA:

I - a inexistência de fato impeditiva para licitar ou contratar com a Administração Pública;
II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
IV - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;
V - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).

Data, de de .

_____

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)